

## Uberização como apropriação do modo de vida periférico

*Ludmila Costhek Abílio*

Ludmila Costhek Abílio, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit-Unicamp), foi uma das primeiras intelectuais a falar de uberização no Brasil a partir do artigo “Uberização: subsunção real da viração”<sup>1</sup>, publicado em fevereiro de 2017. Desde então, tornou-se referência obrigatória para quem estuda trabalho digital no país. No âmbito do Cesit, Abílio desenvolve pesquisas sobre o trabalho dos motofretistas em São Paulo e as atuais políticas de austeridade em relação às transformações do trabalho no Brasil.

Nesta entrevista, a autora discute as mudanças na uberização do trabalho, a importância de pensar as categorias a partir de nossa realidade, o gerenciamento algorítmico, a interseccionalidade no trabalho em plataformas e a generalização produtiva e monopolizada do modo de viver periférico.

**O seu texto sobre a uberização tem quatro anos. Você foi uma das primeiras a falar sobre a questão no Brasil. Desde então, o termo se popularizou e o fenômeno também se alastrou. Para você, o que é de fato a uberização e o que mudou de 2017 até hoje?**

A uberização, na verdade, trata da transformação do trabalhador nesse profissional *just-in-time*. Acho que essa é uma forma de resumir a história, mas é uma definição complexa. A ideia do trabalhador *just-in-time* é consolidar uma forma de subordinação e gerenciamento do trabalho inteiramente apoiada em um trabalhador desprotegido. E essa desproteção é mais perversa do que a simples ausência de direitos, de uma formalização da jornada. É um trabalho totalmente desprotegido em termos legais porque o trabalhador é transformado em um autogerente de si

---

<sup>1</sup> Ludmila Costhek Abílio, “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”, *Passa Palavra*, 2017; disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685/>>; acesso em: 7 mar. 2021.

próprio, que não conta com nenhuma garantia associada às leis trabalhistas. Mas penso que isso seja algo ainda mais profundo, que vai além do caráter da desproteção. Há a ideia de que é possível constituir uma multidão de trabalhadores disponíveis, que podem ser recrutados pelos meios tecnológicos existentes hoje. Então, eles são recrutados na exata medida das demandas das empresas ou do capital, se quisermos falar de uma forma mais genérica, não dispendo de garantia alguma sobre a própria forma de reprodução social.

O conceito de *just-in-time* abarca também essa eliminação, que já estava em curso com a flexibilização do trabalho, das definições sobre o que é ou não tempo ou local de trabalho. Desse modo, a uberização envolve basicamente a consolidação do trabalhador *just-in-time*, sem garantias sobre a própria remuneração e carga horária. Aqui entra em cena o importante processo da amadorização do trabalho, ou seja, um deslocamento da figura do Estado e de outros vínculos formais como reguladores das relações trabalhistas, responsáveis por conferir legalmente uma identidade profissional, em direção à formação de uma identidade amadora. Ser amador é ser extremamente flexível, polivalente e aberto a novas formas de reconhecimento social. Trata-se de um deslocamento grande em jogo. Penso muito em como, de repente, o termo uberização se espalhou. Mas acho que é porque ele tem essa raiz comum; talvez ele cause impacto porque existe uma percepção social de que se trata de uma tendência costurando o mundo do trabalho hoje, indo além do motorista da Uber ou do motoboy, como se todos nos soubéssemos potencialmente uberizáveis, em nossas relações afetivas e em uma série de formas e esferas da vida que não necessariamente fazem parte do mundo do trabalho, mas estão igualmente sujeitas a esse processo.

### **O que é especificamente brasileiro na uberização do trabalho? Ou melhor: como não importar acriticamente categorias de análise sobre uberização?**

A uberização acompanha uma série de desafios que vivemos permanentemente a partir da periferia. Construimos nossas categorias de análise a partir do que não somos e do que deveríamos ser; nunca damos conta de escrever de fato o que somos. E isso tem uma capacidade e uma potência de invisibilização social gigantescas. A realidade da maioria da população brasileira é invisibilizada em nome de categorias que não nos servem. O trabalho formal é um exemplo: não que ele não nos sirva de horizonte ou de parâmetro para análise do mercado de trabalho, mas a forma como constituímos nossas categorias reafirmam sempre que aquilo que não cabe nelas é exceção. Então, temos de lidar permanentemente com uma regra que nunca se generaliza e não dá conta de explicar a realidade. O que a uberização faz, assim como outros processos, é mostrar que o que entendemos como exceção, na verdade, é a regra. Se essa realidade já estava posta antes é uma pergunta em aberto. Afinal, o trabalho informal é um resíduo? Nunca foi. O trabalho informal é central no desenvolvimento capitalista, mas há teorias que entendem que ele se configurou como

um sinônimo de subdesenvolvimento, como algo a ser superado. Agora essa ideia se desfez; ninguém pensa mais que o trabalho informal vai desaparecer. Chegamos ao ponto de ver o atual presidente da República falando que a informalidade é a regra. Sofremos uma reforma trabalhista que mirou na informalidade e a trouxe para dentro do trabalho formal. Nesse sentido, o que a uberização mostra é outra possibilidade para compreender o que é a própria periferia, a partir de uma tendência generalizante de características que são estruturais da periferia e ganham visibilidade também nos países do Norte. Acho que temos sempre de ter muito cuidado com termos como *gig economy* ou *economia dos bicos*, como se fossem uma exceção, uma forma transitória de sobrevivência. Isso é algo estrutural a tomar novas dimensões e nova visibilidade. Acho que esse é um caminho importante para pensarmos.

### **E a própria questão da viração, não é?**

O termo “viriação” também está se espalhando, mas continua muitas vezes a ser utilizado como sinônimo de *bico*, de algo transitório. Quando escrevi sobre a uberização como subsunção real da viração, quis dizer que esse modo de vida é um trânsito permanente entre o formal e o informal. O empreendimento familiar, os trabalhos que nem são chamados de trabalho – por exemplo, o das revendedoras de cosmético\* – não é o transitório, mas o permanente. Isso é um modo de vida que sequer sabemos mensurar, pois não temos categorias muito fortes de análise para nomear e entender esses processos. Assim, o fenômeno da uberização se apropria produtiva, racional e monopolisticamente desse modo de vida. Por que choca tanto ver o ciclista, o jovem negro carregando a *bag* na bicicleta? Essa imagem teve uma visibilidade social considerável nos últimos tempos. Vivemos em um país tão anestesiado socialmente, e a brutalidade é tão permanente em nossa história, que nos indagamos por que isso teve visibilidade, já que é fato do cotidiano. A brutalidade do mundo do trabalho se apresenta o tempo todo. Mas o uberizado ganhou visibilidade porque, de alguma forma, conseguimos reconhecer nele a existência de empresas se apropriando produtivamente do modo de vida periférico, organizando e subordinando esse modo de vida. Nesse sentido, a ideia de viração também não é do universo do transitório, não é do bico, mas de algo estruturante sendo apropriado de novas maneiras.

### **E aí acabamos essencializando noções como precarização e flexibilização...**

É esse o problema das nossas categorias. Falamos, por exemplo, em flexibilização: mas o que é flexibilização nesse mercado de trabalho brasileiro, que se assenta estruturalmente na informalidade, na alta rotatividade, no emprego doméstico não regulado? Faz sentido falar nisso? Faz sentido falar em precarização do mundo do trabalho em um

\* Sobre o tema, ver o livro de Ludmila Costhek Abílio, *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosmético* (São Paulo, Boitempo, 2014). (N. E.)

país no qual mais da metade da população trabalhadora ganha até um salário mínimo e meio? Do que estamos falando? Em contrapartida, deveríamos então nos desfazer desses termos? De fato, há uma transformação no mundo do trabalho. Ursula Huws afirma que nossa dificuldade em nomear as categorias não é porque elas são difíceis de serem nomeadas, mas porque nossos horizontes políticos não estão claros. Então, perpetuamos esse dilema porque, na verdade, o problema não é dar um nome a algo, mas para onde miramos quando o fazemos. Quais são nossas referências? Não temos de jogar esses termos fora, mas, ao mesmo tempo, não podemos escamotear que esse mundo do trabalho é precário e flexível de nascença ao analisar elementos novos. Por isso, é sempre muito importante olhar para e pensar em termos de subordinação e gerenciamento, porque assim descrevemos os fenômenos com o horizonte político claro, embora esse seja um dilema que nunca tem fim.

### **Falando em subordinação e gerenciamento, um dos elementos dessas mudanças é justamente o gerenciamento algorítmico. Como você examina essa questão?**

Estou estudando isso com uma juíza do trabalho, Laura Bittencourt. Almejamos juntar as perspectivas do direito e da sociologia para pensar a subordinação com participação do algoritmo. Não se trata simplesmente de mais um meio tecnológico de organização do trabalho: há uma mudança qualitativa acontecendo. Por ora, o que pudemos elaborar é que o gerenciamento algorítmico traz a possibilidade de mapear e controlar completamente a atividade de uma multidão de trabalhadores. Ao mesmo tempo, é possível definir permanentemente as regras do jogo sobre como essa atividade funciona e como será utilizada. Daí a definição do *just-in-time*; é difícil pensar na multidão de trabalhadores *just-in-time* sem pensar no gerenciamento algorítmico, porque é preciso ter os meios de processar esse modo de vida sob demanda e transformá-lo em regras permanentemente cambiantes. Nisto reside meu foco e de Laura: uma nova forma de estabelecer as regras do jogo e mobilizar os trabalhadores.

Há também um enorme processo de informalização com o gerenciamento algorítmico. As regras mínimas não estão preestabelecidas; parece que se trata mesmo de um jogo, mas, é importante ressaltar, um jogo em que não só as partidas, mas o próprio resultado já pode estar predeterminado. Sabe-se que os motoristas de aplicativo são confrontados com alguns desafios: por exemplo, uma bonificação para aqueles que fizerem dez corridas num período de chuva. Porém, apenas a plataforma detém o poder de definir se o motorista receberá por dez corridas ou não. Tratei disso por meio da definição de despotismo algorítmico, em artigo publicado no blog da Boitempo<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Ludmila Costhek Abílio, “Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação”, *Blog da Boitempo*, 30 jul. 2020; disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>>; acesso em: 7 mar. 2021.

### **Há uma gamificação disso, correto?**

Sim, mas é um jogo em que as regras mudam permanentemente. Esse é o caminho que estou tentando percorrer com a leitura da Shoshana Zuboff<sup>3</sup>, a partir da noção de um deslocamento da ideia contratual do trabalho. Algo novo está acontecendo, e temos de refletir sobre isso. Zuboff fala dessa possibilidade de mapear inteiramente o processo de trabalho e como isso o transforma qualitativamente. Ela vai além do mundo do trabalho, entendendo a vigilância como a viabilidade permanente de transformar todas as nossas atividades cotidianas em dados administráveis. Precisamos agora aprofundar esse debate especificamente no mundo do trabalho. O que é essa extração cotidiana e administração de dados de uma forma não compactuada? É ainda uma relação contratual ou se trata de algo diferente?

Ao mesmo tempo, há outros aspectos, como a amadorização e a perda de formas do trabalho, relacionados a esse fenômeno. Na pesquisa com as revendedoras, pude enxergar a uberização por um caminho inesperado. Não tinha nada a ver com dados ou plataformas, mas com subordinação: como se organiza e se gerencia a relação de trabalho com 1 milhão de mulheres. E quanto menos “forma de trabalho” ela tem, quanto mais informal é, mais eficientemente administrada é essa relação. É algo que coloniza o que é cotidiano, o que é tempo de trabalho, o que não é trabalho. É algo muito poderoso.

### **Você já falava em “trabalho de consumo” na pesquisa com as revendedoras discutida no livro *Sem maquiagem...***

Sim, e, naquela época, sequer tinha contato com a ideia de algoritmo. Então, hoje há outra dimensão do que é possível organizar e gerenciar. Parece que ainda não conseguimos ter clareza sobre a profundidade disso, de como esse fenômeno atravessa nossa vida em todas as esferas. E há novas formas de subordinação e extração da vida envolvidas nos debates sem fim sobre o que é ou não valor. Acho que, antes de nos perdermos em discussões sobre, por exemplo, se o Facebook produz ou não valor, é preciso pensar que a subsunção no capitalismo se refere às formas permanentes de subordinação e extração de nossas vidas.

### **Falar de trabalho no Brasil, sobretudo trabalho em plataformas, é também pensar questões de gênero e raça. Como elas têm atravessado suas pesquisas?**

Ao olhar para as revendedoras da Natura, podemos afirmar que características do trabalho tipicamente feminino estão se generalizando pelo mundo do trabalho, principalmente o trabalho feminino negro. Hoje, o ápice da uberização, na verdade, representa de forma ampliada o que é o trabalho da mulher negra da periferia. Esse é o primeiro passo. Aquilo que era socialmente invisível, quando começa a

<sup>3</sup> Shoshana Zuboff, *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* (trad. George Schlesinger, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2021).

se generalizar e atingir outras classes – em especial, o homem branco europeu –, faz com que se comece a pensar em uma “tendência”, ganha uma notoriedade e uma importância política que não tinha. Por exemplo, as revendedoras da Natura não possuem importância política, não é? Já os motoristas da Uber mexem com o debate nas legislações mundiais. É interessante pensar o que tem visibilidade e o que não tem. O surgimento no espaço urbano dos *bikeboys* reforça as questões de raça, classe, gênero e juventude. Uma compreensão que precisamos ter é que essas formas de subordinação e gerenciamento se apropriam e organizam interseccionalidades de desigualdades operantes no mundo desde sempre, fomentando isso de novas formas. Por exemplo, hoje o jovem negro periférico se torna entregador do iFood de bicicleta. Por que bicicleta? Ele está na ponta mais precária da precariedade, para além do motoboy, que tem alguma condição de investir naquela atividade: é a energia física dele sendo explorada permanentemente. Aqui, temos hierarquias e horizontes: o sonho do *bikeboy* é se tornar motoboy. E há reconfigurações, há uma apropriação produtiva da condição do jovem negro periférico. São essas características que possibilitam uma forma de gerenciamento e subordinação especificamente desse trabalho.

Por sua vez, há um reposicionamento da profissão de motoboy. No filme *Gig: a uberização do trabalho*\*, há um motoboy que diz: “Nossa profissão está virando um bico”. E o que ele quer dizer? Isso é algo que pesquisei com esses trabalhadores durante anos. Existe uma identidade profissional muito consolidada entre eles. A figura do “cachorro louco”\*\* não corresponde à realidade do trabalho deles, mas à loucura do tráfego urbano. Na verdade, trata-se, em geral, de trabalhadores que encontraram nessa ocupação condições melhores de remuneração com a qualificação que têm em relação a outras ocupações que já tiveram. O que é “virar um bico”? Significa que essa relação profissional com a atividade está se desfazendo. Há uma entrada de jovens, de desempregados, que não pensavam em virar motoboys. Para além da Loggi, com o surgimento de plataformas como iFood, Rappi e Uber Eats, ampliam-se a oferta e o acesso ao trabalho. Há também restaurantes e vários estabelecimentos que não trabalhavam com entregas, além de clientes que não usavam esse tipo de serviço antes dos aplicativos. Ou seja, há uma ampliação e uma amadorização de todo esse mercado. O entregador do Rappi é muito diferente do que era o motoboy, que passava o dia fazendo entregas para uma empresa terceirizada. Isso reconfigura a identidade profissional dessa classe e se relaciona com condições de desemprego, idade, raça e classe, que são organizadas e apropriadas produtivamente. Este é o grande diferencial das empresas de aplicativos (ou qualquer outro nome que possam ter): elas conseguem gerenciar e se apropriar

\* Direção de Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho, Repórter Brasil, 2019, 60 min. (N. E.)

\*\* Alcinha com que os motoboys se autodefinem. (N. E.)

produtivamente das desigualdades. Há muito ainda que aprofundar: as interseções de raça e gênero, os algoritmos e sua capacidade de produção e reprodução de novas formas de racismo e discriminação. Ainda temos uma estrada a percorrer.

**Como isso se relaciona com nosso papel enquanto pesquisadoras e pesquisadores?**

Faremos a diferença principalmente se conseguirmos conduzir pesquisas que deem voz aos trabalhadores e possam expor suas perspectivas, condições e motivações. Isso não é fácil de fazer, mas tem uma grande importância política em um mundo que repensa socialmente questões como a regulação do trabalho. A perspectiva da uberização tem um enorme poder desafiador, enfrentando, por exemplo, a área do direito, no sentido do reconhecimento desse fenômeno. Ela contesta também o discurso do “empreendedorismo”, que, em realidade, é uma forma invertida de nomear a eliminação de direitos e a transferência de riscos, custos e parte do gerenciamento (subordinado sempre) para o trabalhador. Nada disso é simples de entender e criticar, e torna-se ainda mais desafiador no momento em que vivemos.

© Boitempo, 2021

*Direção-geral* Ivana Jinkings

*Edição* Carolina Mercês

*Assistência editorial* Pedro Davoglio

*Preparação* Kaio Rodrigues

*Revisão* Sílvia Balderama Nara

*Coordenação de produção* Livia Campos

*Capa e diagramação* Antonio Kehl

*Equipe de apoio* Artur Renzo, Camila Nakazone, Débora Rodrigues, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Jessica Soares, Kim Doria, Luciana Capelli, Marcos Duarte, Marina Valeriano, Marissol Robles, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Thais Rimkus, Tulio Candiott

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L123

Os laboratórios do trabalho digital : entrevistas / Alessandro Delfanti ... [et al.] ;  
organização Rafael Grohmann. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.

(Mundo do trabalho)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5717-074-8

1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Inteligência artificial. 3. Tecnologia da  
informação. 4. Mídia digital. I. Delfanti, Alessandro. II. Grohmann, Rafael.  
III. Série.

21-70453

CDD: 306.36

CDU: 331:004

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

Esta publicação contou com apoio a partir da reversão de recursos provenientes  
de descumprimento de termos de ajustamento de conduta (TAC) por empresas, realizado  
pelo MPT-15ª Região.

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: junho de 2021

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

[www.boitempoeditorial.com.br](http://www.boitempoeditorial.com.br) | [www.blogdaboitempo.com.br](http://www.blogdaboitempo.com.br)

[www.facebook.com/boitempo](https://www.facebook.com/boitempo) | [www.twitter.com/editoraboitempo](https://www.twitter.com/editoraboitempo)

[www.youtube.com/tvboitempo](https://www.youtube.com/tvboitempo) | [www.instagram.com/boitempo](https://www.instagram.com/boitempo)